

Consolidação política do Principado: questões sobre o governo de Tibério

Rafael da Costa Campos *

Resumo

A presente comunicação tem como objetivo explorar um conjunto de questionamentos referentes a um complexo momento histórico na política da sociedade romana. Nosso foco direciona-se a alguns aspectos que caracterizam politicamente o Principado de Tibério César Augusto (14 – 37 d.C.): a análise das prerrogativas que constituíram a representação do Imperador durante o momento de consolidação de uma nova forma de constituição política que foi determinante para o estabelecimento de uma ordem imperial, englobando a organização social, política, identitária e cultural da sociedade romana, por meio das narrativas de autores contemporâneos deste período.

Abstract

This paper intends to exploit a grouping of inquires about a complex historical moment on politics at roman society. Our main focus turns to some aspects which politically composes the Principate of Tiberius Caesar Augustus (14 – 37 A.D): the analysis of imperial prerogatives that constituted the representation of the Emperor during the consolidation moment of a political constitution that was essential to the establishment of an imperial order, approaching social, political, identity and cultural organization of roman society, throughout historical narratives of contemporary writers of this period.

O estabelecimento do Principado como forma de governo a partir do colapso da República não pode ser definido somente como um momento de transformações e transições impulsionadas por manobras militares, e restritas à ordem senatorial e no seio da aristocracia. Não se dando por meio de uma aglutinação de eventos coordenados por certos agentes do poder, sobretudo ocorreu de forma ampla e multifacetada em todas as camadas desta sociedade, em um processo dinâmico e gradual que envolveu aspectos econômicos, sociais, e principalmente redimensionou os caracteres de atuação dos agentes políticos, as relações de força e poder asseguradas pelo poderio militar, ideais e valores tradicionais, em um processo dialógico de estabelecimento de identidades entre as diversas localidades do Império.

É justamente sobre a complexidade das relações de poder estabelecidas entre a autoridade política imperial e o exercício da legitimação deste poder que o presente projeto direciona o foco e mostra a sua originalidade. Planificar a compreensão do estabelecimento do Principado como empreitada centralizada na iniciativa pessoal de um soberano, assumindo para si unilateralmente a gama de mecanismos políticos, administrativos, militares e simbólicos faz com que vários questionamentos sobre a construção histórica das relações de poder (conjugação de fatores sociais, materiais e mentais) – que fazem parte de uma

* Doutorando em História Social FFLCH/USP.

necessidade contemporânea da qual nós, formuladores de uma narrativa especializada, não estamos alheios – sejam varridos para debaixo do tapete.

Primeiramente, a percepção da idéia de “governo” e, por conseguinte, “governante”, na sociedade romana não se constitui como uma noção abstrata, característica de uma formulação moderna de Estado. De acordo com J.E. Lendon (2001: 25), quando um romano pensa sobre o governo, ele de antemão percebe a existência de indivíduos que agem pela virtude e ligam-se hierarquicamente uns aos outros por meio de prosaicas relações de honra. Tais relações são encabeçadas a partir do Imperador, que é visto não só pelas suas prerrogativas de autoridade política, militar e religiosa, mas também como personalidade detentora de carisma. Essa conjunção de fatores que faz com que ele estabeleça relações com outros indivíduos e consiga, por meio da reciprocidade numa ampla rede de relações de honra, estabelecer uma burocracia imperial que seja eficaz na larga extensão territorial do Império.

À parte desta valorização das relações de honra e reciprocidade imperiais, não devemos desconsiderar a estas uma organização formal que garantia o funcionamento da engrenagem administrativa do Principado. Segundo Fergus Millar (1974:370), é importante enfatizar que a conduta dos negócios imperiais e o corpo de conselheiros ao redor do Imperador tinham como função responder consultas solicitadas por oficiais, receber e responder pedidos de embaixadores, responder petições e conferir decisões finais sobre disputas legais e não-legais. Além disso, quando nos voltamos do Imperador para os seus súditos, devemos observar que a estrutura de conselheiros e dos *amici Caesaris* era ela mesma uma resposta para amplas expectativas e padrões de iniciativas referentes a toda a população do Império.

Embora amplas camadas da população imperial, principalmente das províncias, jamais tivessem visto o Imperador em pessoa, este se fazia presente mediante a presença dos funcionários ligados aos aristocratas provinciais, por sua vez ligados à corte imperial, pelas legiões estacionadas nas fronteiras, e mais ainda, pela difusão das moedas e inscrições materiais em monumentos e templos que afirmassem a virtude de benfeitor (*benefactor*) ao redor do Império. Em meio a esta conjuntura, é notória a existência de uma conjugação de interesses que ligavam o Imperador, a casa imperial e os cidadãos do Império: Senadores e cavaleiros, oriundos de vários pontos do Império buscavam a opinião pública e o favorecimento da mesma forma como disputavam a estima de seus iguais.

Para Ramsay Macmullen (1986: 140), nesta rivalidade, a fortuna constituía evidência um fator importante, mas impossível de ser isolada de outras condições, como o estatuto social: a aliança de sobrenomes definia a importância ou a condição de influência na

sociedade romana, e prestígio e respeito eram condições fulcrais de um cidadão na disputa por dignidade no seio da aristocracia, que por sua vez investia pelo pertencimento e destaque dentro do quadro de funções imperiais. Além do funcionamento desta rede de influência, honra e pertencimento que relaciona Imperador, sua corte, aristocracia e ordem eqüestre, e especialmente o Exército, não devemos esquecer da plebe urbana e provincial como elemento de modo algum passivo na constituição das relações de poder no Principado.

Desta forma, para Fábio Faversoni (2007:60), especialmente ao período de consolidação política do Principado no século I d.C., o funcionamento da estrutura política imperial não deve isolar o poder exclusivamente na figura do Imperador: o Estado não é o governante nem o conjunto dos que têm poder fora do governo, mas constitui também a existência de solidariedades verticais (entre elementos de diferentes grupos sociais) e horizontais (indivíduos pertencentes ao mesmo grupo) bastante específicas, que se coligam – conquanto isto não queira dizer que haja uma idéia de organização com motivações ideológicas claras - em prol de um quadro específico de interesses políticos, longe de uma percepção redutora e elitista que estabelece o Imperador como soberano passivamente seguido pela população, administrando seu poder pessoal em uma relação de influência recíproca com indivíduos incrustados, tendo como consequência inquestionável a manutenção imaculada de seu poder.

Mais ainda, além das interações conflituosas entre Imperador e aristocracia senatorial, outros grupos sociais (como a plebe urbana e provincial, libertos imperiais, Exército) agem em diferentes escalas de participação, cuja fluidez nem sempre permite nas fontes (principalmente por estas terem sido em sua maioria escritas por indivíduos pertencentes à própria aristocracia) a ciência dos respectivos papéis e desempenhos. Desta maneira, para Norberto Guarinello e Fábio Duarte Joly (2001:137), uma aparente imagem de partilha do poder, constituída na impressão de uma ética implícita e outra explícita, porém dissimulada, em que a essência privada do poder se escondia por trás de uma aparência pública de permanência da liberdade republicana, omite a existência de um espaço público efetivo em que se apresentavam demandas políticas concretas e coletivas, através de um complexo jogo político, do qual diversos grupos sociais participavam de diferentes maneiras, através de éticas políticas desejáveis mais ou menos sistematizadas, buscando fins próprios.

Neste processo, a ascensão de Tibério César Augusto, sucessor de Otávio Augusto no controle das funções públicas e determinações políticas do Principado caracteriza tal transição: mesmo após quarenta e cinco anos consecutivos de governo, observamos nas fontes históricas escritas durante e posteriormente a este período um momento de tensão política e de

grandes incertezas: sobre a auto-representação do Imperador, sobre o modo como este deveria se portar perante a aristocracia e os demais grupos sociais. Observamos também incertezas entre os próprios agentes políticos, a difícil compreensão sobre as funções e os limites do Imperador, e sobre os insipientes vínculos que estavam constituindo as relações de poder entre a casa imperial e os grupos sociais da Cidade de Roma e do restante das províncias imperiais.

O Principado de Tibério, neste sentido, é um momento privilegiado pela historiografia presente em Tácito, Suetônio, Dion Cássio e, especialmente Veléio Patérculo. A constituição da imagem de Tibério pode ter sido a confirmação de uma perspectiva fortemente apoiada numa tradição histórica relacionada às reminiscências republicanas, estando presente e sendo confirmada por outros autores contemporâneos à Tácito, como Suetônio, Sêneca e Dion Cássio (SHOTTER, 2005:85). O peso de uma tradição literária voltada para esta percepção não poderia ser facilmente contestada (SYME, 1959:420), o que de certo modo justifica a hostilidade sobre o governo de Tibério apoiada na afirmação de uma farsa em torno de um simulacro da liberdade e da autonomia das instituições políticas do Principado em relação ao molde da República, imediatamente com a ascensão de Augusto (SEAGER, 2004:236). É importante salientarmos que os desafios para a manutenção da legitimidade e autoridade do Imperador seriam, a partir de Augusto, consistentemente apoiados mais nos usos do poder do que apenas no acesso às vontades do povo, um instrumento na construção de uma imagem mantenedora dos princípios da *res publica*.

Como afirma Zvi Yavetz (1969: 80), não bastava apenas a concessão de benefícios à plebe, pois a população possuía meios de perceber se a aproximação de um governante ou político era verdadeira ou não. Entretanto, poucos imperadores se preocuparam ou conseguiram êxito semelhante ao de Augusto na manutenção de uma imagem de soberano que aparentavam permitir a liberdade de expressão do povo, e Imperadores assim eram cunhados com a insígnia da tirania dentro das fontes literárias. Desta maneira, são observáveis nas narrativas sobre Tibério elementos que evidenciem a sua competência política na administração imperial, especialmente na concessão de benefícios à população, bem como a sua relação com as províncias e na organização militar do Império (GOODMAN, 1997:126). Mais do que uma dicotomia entre um governo bem-sucedido e sua sucessão caracterizada pela tirania, a representação elaborada do Imperador Tibério César Augusto envolve a particularidade de sua atuação em um momento político em que as premissas legitimadoras de uma ordem imperial ainda se mostram tênues.

Este momento condiz com uma conjuntura de transição e consolidação do Principado enquanto forma de governo que substituiria a República em seus moldes de relações de poder e elementos de sua tradição política. Neste contexto, a representação do Imperador não pode ser considerada como algo definido e consolidado, e nesta tensão e fluidez consiste a complexidade do Principado de Tibério e as diversas interpretações elaboradas pela historiografia durante este período. Em busca de respostas sobre a vinculação da posição do Imperador na construção de uma ordem catalisadora da unicidade de um Império, destacamos que o cargo de *Princeps* nunca foi tratado como um legalmente regulado doravante delimitou uma unidade político-institucional que englobava elementos políticos, sociais, militares, culturais e identitários.

Desta forma, embora Tibério tenha exercido uma boa administração imperial, e que tendo como exemplo as afirmações de Tácito, que atenta para esta prerrogativa principalmente durante os primeiros anos de governo do Imperador, observamos a crítica de que o Imperador não conseguiu estabelecer um equilíbrio que lhe assegurasse sua popularidade durante seu governo, o que conseqüentemente pode ter contribuído em especial para a construção de um imaginário negativo sobre a sua imagem como *Princeps*.

Esta composição negativa provavelmente adveio de sua conturbada relação com a aristocracia senatorial, às voltas com reminiscências de um passado republicano que, ao mesmo tempo em que ainda retinha a memória desta tradição política dentro de seus ideais políticos, percebia claramente a inevitabilidade da aceitação do principado como forma de governo. Tibério por sua vez, mesmo que quisesse restabelecer uma aura de republicanismo em sua relação com o Senado, não poderia mais se destituir de uma posição centralizadora de funções erigida gradualmente pelo seu antecessor. Mais ainda, as disputas internas por influência e poder político dentro da família imperial e a atmosfera de paranóia e perseguição decorrente de um aumento e dos abusos na prática de denúncias do crime de traição foi outro fator que contribuiu enormemente para a afirmação negativa de seu Principado.

Conquanto Tibério pretendesse ou fingisse garantir certa autonomia ao Senado nos julgamentos e condenações deste crime, não conseguiu ou não quis evitar o crescente abuso no uso desta lei, que se tornou uma ferramenta de disputas por poder nas mãos de oportunistas, especialmente dentro da própria aristocracia. Estes três fatores contribuíram para o semeio de um ressentimento que possivelmente se manteve durante o governo dos Imperadores subseqüentes, e foram associados com a impopularidade decorrente da incapacidade de Tibério de se relacionar com proximidade em relação à plebe urbana. Este último fator corroborou a tradição de *superbia* associada à sua família, assim como serve de

explicação para o rápido esquecimento de sua pessoa política logo após a morte, embora a relação com as províncias mostre que era comum a prestação de culto à sua imagem, e que esta possivelmente preservou-se nestes locais por mais tempo.

A existência de certos elementos que evidenciam a competência política de Tibério na administração imperial, especialmente na concessão de benefícios à população, bem como a sua relação com as províncias e na organização militar do Império nos auxilia a desmistificar inaptidão no exercício do governo. Contudo, em uma leitura superficial das fontes temos a impressão de que este Imperador não foi tão bem-sucedido como seu antecessor na manutenção de um vínculo de empatia com o restante da população, e a sua dificuldade em lidar com os abusos e as disputas existentes na aristocracia pela prática das denúncias sobre traição ao governo foi um elemento determinante para a imagem que legou para a posteridade romana. Esta incapacidade possivelmente contribuiu para a perpetuação de uma imagem política negativa, fortemente associada pela tradição e pela memória da sociedade romana à alcunha de um tirano. Mas a constituição da imagem de Tibério, como possível confirmação de uma perspectiva fortemente apoiada numa tradição histórica bastante influenciada por uma relação nostálgica com as reminiscências republicanas de outrora, nos mostra indícios de que a consolidação do Principado, tanto em suas bases políticas e sociais quanto na percepção de novos valores e ideais, não pode ser considerada como um fenômeno indubitável e definido já no governo de Augusto. Pelo contrário, a ascensão conturbada e os embates políticos durante o governo de Tibério propõem uma sensação de incertezas sob a representação do governante e da extensão e caracterização do tipo de governo que ele simbolizava.

Referências bibliográficas

- ADCOCK, F.E. *Las ideas políticas y la práctica política em Roma*. Caracas: Instituto de estudios politicos, 1989.
- BOWMAN, A. K.; WOOLF, G. *Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998.
- BRUNT, P.A. “The Role of the Senate in the Augustan Regime”. *The Classical Quarterly*. London, vol. 34, n° 2, p. 423-444, 1984.
- DION CÁSSIO. *Roman history* Vol. VII. Translation by E. Cary. London: Loeb Classical Library, 1924.
- FANTHAM, Elaine. *Roman literary culture: From Cicero to Apuleius*. London: The John Hopkins University Press, 2003.
- FAVERSANI, Fábio. “O Estado Imperial e os Pequenos Impérios”. *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 53-62, 2007 53
- FERRIL, A. The Senatorial Aristocracy in the Early Roman Empire. In: EADIE, J.W. (ed.). *The Craft of the Ancient Historian*. New York: University Press of America, 1985. P. 353-363.

GOODMAN, Martin. *The Roman World 44 BC-AD 180*. New York: Routledge, 1997.

GUARINELO, Norberto L; JOLY, Fábio D. Ética e ambigüidade no Principado de Nero”. In: *Ética e política no Mundo Antigo*. Campinas: Unicamp, 2001. Pp.133-151.

MACMULLEN, Ramsey. “Les Classes”. In: *Les rapports entre les classes sociales dans l’empire romain*. Paris, Éditions du Seuil, 1974. Pp.85-113.

TÁCITO. *The Annals*. Translation by. A.J. Woodman. London: Hackett, 2005.

SEAGER, Robin. *Tiberius*. London: Blackwell Publishing, 2005.

SHOTTER, David. *Tiberius Caesar*. New York: Routledge, 2004.

SYME, Ronald. *Tacitus*. 2 vols. London: Oxford University Press, 1997.

SUETÔNIO. *The lives of Caesars* Vol. I. Translation by K.R. Bradley. London: Loeb Classical Library, 1924.

VELÉIO PATÉRCULO. *Conpendium of Roman history/ Res gestae Divi Augusti*. Translation by F.W. Shippley. London: Loeb Classical Library, 1924.